



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17989 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT02 - História da Educação

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: AVANÇOS E RETROCESSOS

Mirela Moreira da Silva Monte - UFRPE - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Rachel Costa de Azevedo Mello - UFRPE - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: AVANÇOS E RETROCESSOS

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física no Brasil tem enfrentado constantes desafios para garantir sua presença e relevância no currículo escolar, especialmente diante da recente Reforma do Ensino Médio. A Educação Física abrange conhecimentos fundamentais para a formação humana integral dos estudantes, no entanto tem uma trajetória marcada por lutas e desafios para garantir seu espaço no currículo escolar.

O presente artigo tem por objetivo analisar a trajetória da Educação Física até sua consolidação como um componente curricular obrigatório no currículo da educação básica e, para tal, realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica

sobre o percurso da Educação Física no currículo escolar brasileiro, desde sua inserção até as recentes mudanças promovidas pela Lei n.º 14.945 de 31 de julho de 2024 que altera a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a fim de definir diretrizes para o Ensino Médio. E ainda complementamos com uma revisão bibliográfica sobre a Educação Física no Ensino Médio em plataformas de pesquisa.

O estudo primeiramente trata da história da Educação Física no currículo da educação básica no Brasil, posteriormente apresentamos a revisão bibliográfica, os momentos posteriores referem-se às considerações finais e referências utilizadas. A pesquisa revela que a origem da Educação Física ainda se apresenta desalinhada com a história do Brasil, nas pesquisas científicas.

2 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação Física, ao longo da história da educação básica no Brasil sofreu mudanças significativas, tendo sua implementação no currículo escolar, datada de 1851 em algumas produções científicas, no período do Brasil Império, através do Decreto nº 630, assinado pelo Visconde de Mont’Alegre. No entanto, em consulta às leis do império do Brasil, tal decreto não menciona nada referente à Educação Física. Constatamos que somente no ano de 1854, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, Ministro e Secretario do Estado dos Negócios do Império, assina o Decreto 1.331 e no artigo nº80 é mencionado a obrigatoriedade da Educação Física, até então intitulada de “exercícios gymnasticos”.

Art. 80. Além das materias das cadeiras mencionadas no Artigo antecedente, que formão o curso para o bacharelado em letras, se ensinarão no Collegio huma das linguas vivas do meio dia da Europa, e as artes de desenho, musica e dansa. **Farão os alumnos exercicios gymnasticos, debaixo da direcção de hum mestre especial.** Poderão ser creadas, quando as circumstancias o permittirem, huma cadeira de elementos de mechanica, e de geometria descriptiva; e bem assim separar-se da cadeira de historia moderna a historia e geographia nacional, formando esta huma aula especial (Brasil, 1854)(Grifo nosso).

Posteriormente, com o fim da República velha e ascensão do Governo Getúlio Vargas, os “Pioneiros da Educação nova” reivindicavam uma educação pública e de qualidade para todos, tornando pública a necessidade de uma revisão da legislação, da concepção e das políticas educacionais no país (Dutra, 2021). Foi nesse período que o termo Educação Física surgiu, embora tida como uma

mera prática educativa.

Apenas em 1937, na elaboração da Constituição, é que se fez a primeira referência explícita à Educação Física em textos constitucionais federais, incluindo-a no currículo como prática educativa obrigatória (e não como disciplina curricular), junto com o ensino cívico e os trabalhos manuais, em todas as escolas brasileiras(Lima, 2012, p.152).

Neste contexto ocorreu uma forte pressão por parte dos pioneiros da educação nova, influenciando a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Nesta lei, a Educação Física passa a ser prática obrigatória no ensino primário e médio. Já em 1971, no contexto da ditadura civil-militar, com a lei nº 5.692/1971, a Educação Física foi mencionada como disciplina curricular obrigatória no currículo:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969 (Brasil, 1971).

Em 1996, foi aprovada a LDB 9.394/96, no governo Fernando Henrique Cardoso, trazendo novas modificações para a Educação Física nos currículos da educação básica: foi retirado o termo “obrigatório” do componente curricular, sendo eletivo ao aluno nos cursos a noite, como citado no artigo 26, inciso 3: “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (Brasil, 1996).

Foi somente com a Lei nº 10.328, de 12 de dezembro de 2001, que a Educação Física voltou a ser citada como componente curricular “obrigatório”, e teve sua legitimação de forma definitiva no currículo de educação básica (Mommad, 2020). E ainda com a lei nº 10.793, de 1 de dezembro de 2003, tivemos um novo avanço para a Educação Física nos cursos noturnos, sendo apenas facultativa em alguns casos específicos, como citado na lei artigo 26:

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;II – maior de trinta anos de idade;III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;V – (VETADO) VI – que tenha prole (Brasil, 2003).

A obrigatoriedade da Educação Física em cursos noturnos a partir desta lei, com poucas exceções, representou um avanço significativo para o reconhecimento como componente curricular fundamental na educação básica.

No ano de 2016, após o golpe jurídico-midiático-militar contra a presidenta Dilma Rousseff, no governo Michel Temer houve uma regressão na educação na qual os representantes da coalizão PSDB/PFL, retomam a discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, tecendo um movimento para a padronização da educação em esfera internacional, com base nos princípios do neoliberalismo.

Neste contexto ocorreu a Reforma do Ensino Médio, instituída como medida provisória, (MP) nº 746, sem discussão com a sociedade, convertida na lei 13.415/17, que alterou a LDB 9.394/96. A medida provisória excluiu os componentes curriculares Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia, mas a lei 13.415/17 manteve a obrigatoriedade das mesmas como “Estudos e Práticas”. Isso resultou em retrocesso na educação, em especial para o ensino da Educação Física que tem uma longa história de lutas para que seja garantida sua legitimidade, legalidade e permanência no currículo.

A redução da carga horária e o rebaixamento de componente curricular para “estudos e práticas” significou ainda a perda da autonomia docente e o receio da extinção da Educação Física no Ensino Médio. Foi assim desconsiderado que a mesma abrange conhecimentos culturais, uma vez que “[...]temas da cultura corporal, tratados na escola, expressam um sentido significado onde se interpenetram, dialeticamente, a intencionalidade/objetivos do homem e as intenções objetivos da sociedade” (Soares et. al, 1992, p.42).

Assim, o Novo Ensino Médio, ameaçou a presença da Educação Física na última etapa da educação básica, desviando os professores de Educação Física, de sua função, ao lecionar itinerários formativos com temas que não tem formação profissional. E ainda, a Reforma do ensino médio, fez com que os estudantes tivessem o direito de escolha limitado, pois

[...]apesar de o documento apresentar cinco itinerários formativos, as unidades escolares, de acordo com sua realidade, podem oferecer no mínimo um itinerário formativo, ou seja, se não dispor dos meios necessários (estrutura, professores etc.) uma escola pode ter apenas dois itinerários para a escolha dos alunos (BRASIL, 2018b), não havendo garantia de que todas as áreas estarão representadas na etapa diversificada. Dessa forma, os alunos poderão não ter autonomia para escolha e parte do conhecimento que era considerado básico deixará de ser aprendido. (De Souza Oliveira e Ribeiro, 2022, p.184-185).

O Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, composto por professores, alunos, gestores e coordenadores, mobilizou-se intensamente contra a Reforma do Ensino Médio, realizando diversas manifestações. A resistência

popular, no entanto, esbarrou na intransigência do governo Bolsonaro (2019-2022), que alinhado com a ideologia neoliberal, priorizou a flexibilização do currículo em detrimento da qualidade da educação.

No ano de 2023, no governo do presidente Luís Inácio da Silva, a implementação do “Novo Ensino Médio” foi suspensa, e abriu-se uma consulta pública, na perspectiva do diálogo com toda a comunidade escolar. Foi criado assim, o PL n. 5230/23, proposto pelo governo federal, que redefine a Política Nacional de Ensino Médio no Brasil, propondo mudanças na Lei n. 13.415/17 em pontos específicos referentes a carga horária, disciplinas obrigatórias, formação de professores e os “itinerários formativos”.

Assim, a Lei 14.945 sancionada em 31 de julho de 2024, representa um marco possível na reestruturação do Ensino Médio. A nova legislação consolida a Educação Física como componente curricular obrigatório, restabelecendo sua carga horária no currículo do ensino médio. No entanto, a manutenção dos itinerários formativos, ainda que com carga horária reduzida, vem gerando incertezas quanto à atuação dos professores de Educação Física nesses itinerários. A implementação dessa nova estruturação do Ensino Médio, está prevista na lei para o ano de 2025 e as autoridades educacionais têm a responsabilidade de criar os planos para a sua efetivação.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Realizamos uma pesquisa bibliográfica para analisar a trajetória da Educação Física até sua consolidação como um componente curricular obrigatório no currículo da educação básica, através de uma busca no Portal Periódico Capes, utilizando o seguinte descritor: “História da Educação Física escolar no Brasil”. Nesta busca obteve-se 30 artigos, com os filtros: linha temporal entre 2014-2024 e revisados por pares. Desses 30 artigos, foram selecionados somente 04, que se aproximaram da temática pesquisada. Segue abaixo, um quadro com o levantamento bibliográfico realizado.

QUADRO 1: Pesquisa realizada no Portal Periódicos Capes

DESCRITOR: “HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO BRASIL”

NOME	AUTORES	ANO
A história da educação física escolar no Brasil: leis e decretos norteadores	MOMMAD, Maicon Luiz.	2020
A Educação Physica em escolas lassalistas do Rio Grande do Sul (1908-1945): educar o corpo e dar vazão ao excesso de vitalidade dos rapazes	GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes.	2020
Formação profissional em educação física: história, avanços, limites e desafios	CRUZ, Marlon Messias Santana et al.	2019
Reflexões sobre a educação física e suas crises em busca do status científico	BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; FURTADO, Renan Santos.	2019

Fonte: Autora (2024)

O artigo **“A história da educação física escolar no Brasil: leis e decretos norteadores”** descreve como a Educação Física foi instituída no Brasil, ao longo dos anos, suas leis e decretos, sua luta para ser reconhecida não só como um disciplina que proporciona benefício físico, mas benefícios em diversos aspectos, como sociais e pedagógicos e aponta a necessidade de mais pesquisas que aprofundem sobre a disciplina.

O artigo **“A Educação Physica em escolas lassalistas do Rio Grande do Sul (1908-1945): educar o corpo e dar vazão ao excesso de vitalidade dos rapazes”** discorre sobre como se deu o ensino da Educação Física, inicialmente intitulada gymnastica, nas escolas lassalistas, apontando a importância de estudos já realizados com a temática para contar a história da Educação Física no Brasil.

O artigo **“Formação profissional em educação física: história, avanços, limites e desafios”** retrata a história da formação dos docentes de Educação Física no Brasil, apontando lacunas na área que devem ser superadas através de formações docentes na perspectiva mais crítica.

E por fim o artigo **“Reflexões sobre a educação física e suas crises em busca do status científico”** desvela sobre o percurso histórico da Educação Física para ser reconhecida como um conhecimento científico, que vai além de educação

para as habilidades físicas, apontando que a Educação Física positivista, que tem um viés higienista, ainda se faz presente, fazendo com que haja um atraso dos avanços que a disciplina necessita, como mais pesquisas na área, formação profissional e avanço da Educação Física escolar.

Referente à Educação Física no Ensino Médio foi realizado um levantamento nos programas de pós-graduação de Pernambuco, nos repositórios da UFRPE, da UFPE e da UPE, sendo validados somente 02 dissertações da UFPE, de 415 resultados, utilizando os descritores “Educação Física” AND “Ensino Médio”, com o recorte de tempo entre 2020-2024. Nos repositórios da UFRPE e na UPE, foram utilizados os mesmos descritores, mas não foram encontradas pesquisas que fizessem referência à temática.

A dissertação **“Representações sociais de desigualdade social em contexto da educação física escolar: com a palavra os/as estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas de Pernambuco”** produzida pela mestre Thamiris Izidoro da Silva de 2022, tem como objetivo compreender como os alunos do Ensino Médio compreendem a desigualdade social nas aulas de Educação Física. O Ensino Médio, por se tratar de uma etapa da educação básica, trata do aprofundamento dos conhecimentos, ou seja, os alunos já têm uma compreensão consolidada sobre os conhecimentos da disciplina e já são capazes de fazer uma leitura da realidade. O estudo apontou que os alunos conseguem identificar desigualdades sociais nas aulas de Educação Física, tais como: gênero, deficiência, cultura e entre outros. Apesar de apontar tais categorias, apontam que a Educação Física pode ser um forte instrumento para tratar dessas desigualdades, constatando-se a necessidade de políticas de formação para os professores.

“A prática pedagógica do professor de Educação Física em escolas de tempo integral de Pernambuco: um estudo das representações sociais” dissertação produzida por Marivanio José da Silva em 2021, tem o objetivo analisar as representações sociais da prática pedagógica do professor de Educação Física de escolas integrais de Pernambuco, foram analisadas as escolas da mata centro e constatou-se que a prática pedagógica dos professores está profundamente relacionado ao contexto político e estrutural das escolas de tempo integral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Educação Física no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, demonstrando a importância de uma luta constante pela valorização enquanto componente curricular. Esse estudo revela que sua origem ainda se apresenta desalinhada com a história do Brasil, nas pesquisas científicas. A pesquisa também aponta que, ainda há pouca produção acadêmica nos programas de pós-graduação de Pernambuco, referente a Educação Física em especial no Ensino Médio. Sendo a Lei 14.945/2024 um importante passo para garantir a obrigatoriedade da Educação Física no Ensino Médio, mas os desafios ainda persistem, como a necessidade de formação continuada dos professores e a garantia de que a mesma seja efetivamente valorizada nas escolas de educação básica e especialmente no Ensino Médio.

É importante ressaltar que as políticas educacionais devem ser mais consistentes e duradouras, pois essas constantes mudanças geram incertezas e aflições nos professores de Educação Física, e o componente curricular tem sua consolidação ameaçada. É fundamental que a comunidade escolar continue mobilizada para defender a Educação Física como um direito dos estudantes, como um componente essencial para a formação integral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 1-2, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 35, p. 1-2, 17 fev. 2017.,

BRASIL. Lei Nº 10.328, de 12 de Dezembro de 2001. Introduz a palavra "obrigatório" após a expressão "curricular", constante do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/12/2001, Página 1.

BRASIL. LEI Nº 10.793, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003. Altera a redação do art. 26, § 3o, e do art. 92 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências. Brasília, 1º de dezembro de 2003; 182o da Independência e 115º da República

BRASIL. LEI Nº 14.945 DE 31 DE JULHO DE 2024 Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. D.O.U de 01/08/2024, pág. Nº 5, publicado 01 de agosto de 2024.

BRASIL. DECRETO Nº 1.331-A, Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côte. DE 17 DE FEVEREIRO DE 1854.

BRASIL. DECRETO Nº 630, Autorisa o Governo para reformar o ensino primario e secundario do Municipio da Côte. DE 17 DE SETEMBRO DE 1851.

BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; FURTADO, Renan Santos. **Reflexões sobre a educação física e suas crises em busca do status científico**. Interfaces da educação, v. 10, n. 28, p. 168-188, 2019.

CRUZ, Marlon Messias Santana et al. **Formação profissional em educação física: história, avanços, limites e desafios**. Caderno de Educação Física e Esporte, v. 17, n. 1, p. 227-235, 2019.

DE SOUZA OLIVEIRA, Cristiano; RIBEIRO, Alexsandro Rabaioli Nunes. **A Educação Física no Novo Ensino Médio Baiano: uma análise documental**. Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade, v. 11, n. 2, 2022.

DUTRA, Paulo Fernando de Vasconcelos. **Marcos históricos da educação integral no Brasil analisados a partir da experiência de Pernambuco 2004-2021**. 2021

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; DOS SANTOS, Anna Catherine Graebin. **A Educação Physica em escolas lassalistas do Rio Grande do Sul (1908-1945): educar o corpo e dar vazão ao excesso de vitalidade dos rapazes**. Revista Confluências Culturais, v. 9, n. 1, p. 192-208, 2020.

LIMA, Rubens Rodrigues. **Para compreender a história da educação física**. Educação e Fronteiras, v. 2, n. 5, p. 149-159, 2012.

MOMMAD, Maicon Luiz. **A história da educação física escolar no Brasil: leis e decretos norteadores**. Horizontes-Revista de Educação ISSN 2318-1540, v. 9, n. 16, p. 1-11, 2020.

SILVA, Marivanio José da. **A prática pedagógica do professor de Educação Física em escolas de tempo integral de Pernambuco: um estudo das representações sociais**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Thamiris Izidoro da et al. **Representações sociais de desigualdade social em contexto da educação física escolar: com a palavra os/as estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas de Pernambuco**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo Cortez, 1992.

PALAVRAS-CHAVES: História. Educação Física. Currículo